



Informativo do SINTECT-MS

BOLETIM SINDICAL

UNIFICAR, LUTAR E CONQUISTAR SEMPRE

CUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

FENTECT

Nº007

Federação e sindicatos aprofundam debate sobre situação da empresa e dão continuidade à mobilização contra ataques aos direitos dos trabalhadores

ECT ameaça cortar DIREITOS

**NENHUM DIREITO A MENOS
AVANÇAR RUMO A NOVAS CONQUISTAS**



Após a realização do Conselho de Sindicatos, a Fentect e entidades filiadas vêm aprofundando o debate sobre a situação da empresa, para esclarecimento dos trabalhadores sobre a política adotada pela direção da ECT e defesa dos direitos dos ecetistas.

Com o estudo feito pela H&J Consultores Independentes, que foi apresentado aos sindicatos no Conselho, agora o debate está sendo

organizado nos estados. De acordo com a presidente do Sintect-MS, Elaine Regina, o objetivo do debate também será realizado em MS com a realização de um Seminário, para que o estudo seja apresentado e debatido. “Já estamos organizando o Seminário para este mês de março, para discutirmos sobre a situação da empresa e dos trabalhadores da ECT”, afirma.

Calendário de mobilização e estado de greve - O Conselho de Sindicatos definiu uma agenda nacional de mobilização. Como parte dessa agenda foi realizada no dia 27/01/2016, uma assembleia no Sintect-MS que deliberou pelo Estado Greve e continuidade das mobilizações contra qualquer plano de arrocho que venha atacar os direitos dos trabalhadores para cobrir o déficit

da empresa. A votação do Estado de Greve visa deixar em aberto a possibilidade de uma greve nacional da categoria, a qualquer momento, caso a direção da ECT promova ataque aos salários e direitos conquistados.

Segundo a presidente do Sintect-MS, Elaine Regina Oliveira, o plano de reestruturação da direção da ECT prevê fechamento de agências, demissões e corte de direitos prejudicando os ecetistas e os usuários dos Correios, que já estão inclusive pagando mais pelos serviços. “Nossa mobilização tem alguns eixos como o repúdio ao conjunto de ações que farão cair a crise sobre os trabalhadores, como o DDA, fechamento de agências e Centros de tratamento e distribuição, etc. Estamos chamando a unidade da categoria contra o plano de arrocho, em defesa dos direitos dos trabalhadores e da empresa.”

Audiência Pública na Assembléia Legislativa debateu efeitos nefastos da terceirização sobre os direitos trabalhistas



Aconteceu na última sexta, dia 19 de fevereiro, a Audiência Pública para debater o projeto de Lei que tramita no Congresso Nacional e que regulamenta a contratação de mão-de-obra terceirizada nas empresas privadas e no serviço público. Na prática, o projeto estabelece um “liberou geral” para a terceirização no país, atendendo aos interesses empresariais. A audiência fez parte da Jornada Nacional de debate sobre os efeitos da terceirização foi coordenado pelo senador Paulo Paim (RS), que é o relator do

projeto no senado. Segundo o senador “esse projeto foi aprovado de forma truculenta na Câmara dos Deputados. Estava há 11 anos parado e de uma hora para outra foi colocado em votação e aprovado sem debate do conteúdo”. Para o senador Paim, somente a mobilização dos sindicatos e dos trabalhadores é que poderá barrar a votação do projeto pois o Congresso Nacional tem tradição de votar em favor dos interesses patronais.

Hoje no Brasil já existem cerca de 13,5 milhões de trabalhadores terceirizados e caso o projeto seja aprovado essa forma de contratação poderá ser estendida para os outros 45 milhões da força de trabalho. Dados oficiais mostram que de cada 10 acidentes de trabalho, 8 são trabalhadores terceirizados e de cada 100 ações na Justiça Trabalhista, 80 são de terceirizados. Quanto aos salários os terceirizados recebem de 30 a 40% menos, em alguns setores a diferença é ainda maior, chegando a ser 60% menor. A rotatividade de

mão de obra também é maior entre os terceirizados, que também são os mais submetidos a todo tipo de assédio moral. Esses números mostram a precariedade de relações e condições de trabalho a que estão submetidos esses trabalhadores.

O Secretário de Combate ao Racismo e Discriminação do Sintect-MS, Andre Luiz Silva dos Santos, fez uma intervenção na audiência representando o sindicato. Em sua fala Andre destacou que “há muito vemos o empresariado deste país tentando modificar as leis trabalhistas, em benefício deles, claro. Tentam alterar a CLT e buscam formas de burlar as leis trabalhistas quando não conseguem alterá-la diretamente. No popular: estão comendo pelas beiradas as leis trabalhistas. A terceirização visa aumentar a taxa de lucro das empresas às custas dos trabalhadores. Ao invés de investirem no aumento da produtividade, inclusive com a qualificação de mão-de-obra, optam pelo caminho que julgam mais fácil: diminuir a massa salarial através da subcontratação e burlando a CLT, retirando direitos e diminuindo salários.”

Maracaju: 56 mil objetos parados e população já aciona Correios na Justiça por conta de atrasos



A situação na Unidade de Distribuição no município de Maracaju chegou numa situação insustentável e já afeta imagem dos Correios no município. A falta de efetivos gerou o acúmulo de objetos não entregues e pessoas que julgam prejudicadas já estão a Justiça para reparação de danos. São 56 mil objetos simples parados e mais 2 mil registrados e 3 mil encomendas não entregues.

O sindicato oficiou a DR que prometeu tentar minimizar a situação. Faz tempo que o sindicato vem alertando para situações como essa na capital e no interior. A própria administração central não pode alegar desconhecimento, pois o sindicato entregou em mãos documento ao novo presidente da empresa com um diagnóstico da situação nas agências e CDD's de Mato Grosso do Sul, cobrando a realização de concurso público e contratação.

O Sintect-MS já acionou o Ministério Público para que se tome providências. Enquanto isso a empresa já enfrenta ações judiciais movidas por clientes que julgam prejudicados por conta dos atrasos nas entregas de correspondências e encomendas pois existem objetos atrasados desde novembro de 2015.

A má gestão dos Correios em nível nacional falta de planejamento com a não realização de concurso e contratação tem gerado essa sobrecarga com correspondências e objetos acumulados. Os trabalhadores são pressionados a tal ponto que já está afetando o estado psíquico dos colegas e falta poucos para alguns entrarem em "colapso psicológico" tal o grau de pressão, dobras e cobranças de metas irreais frente às condições de trabalho e falta de efetivo de funcionários.

SGDO: empresa ameaça com apuração disciplinar

Em nota divulgada na Primeira Hora, a direção da ECT tornou público um memorando a respeito do SGDO. A nota afirma que não será cortado o ponto dos trabalhadores que não preencherem o SGDO, porém será aberta "apuração disciplinar" em caso de reincidência (ou seja, ficar mais de uma vez sem fazer o lançamento).

A empresa reconhece oficialmente que o SGDO não pode ser utilizado para configurar "falta injustificada", e portanto fazer desconto, e assume que a medida não tem respaldo legal, nem nas normativas internas da empresa. Mas não abre mão do instrumento como pressão sobre os trabalhadores, agora ameaçando com sindicância. Reconhece o erro, mas não quer dar o braço a torcer...

O sindicato já protocolou vários ofícios questionando o SGDO, bem como encaminhou denúncia junto ao Ministério Público do Trabalho e Delegacia Regional do Trabalho, que ainda não se pronunciaram sobre o assunto. Frente aos últimos fatos, o sindicato orienta os trabalhadores para que preencham o SGDO, como forma de se resguardarem contra qualquer retaliação por parte da empresa através de sindicância para "apuração disciplinar", enquanto aguardamos posição do Ministério Público e DRT.

Por outro lado o Sintect-MS continuará questionando tal medida junto à Justiça e também realizaremos um abaixo-assinado para questionar esse instrumento, que como reconhece a própria empresa, não tem amparo nem na Lei, nem nas normas da própria ECT. É pura pressão de burocratas para "aumentar a produtividade", como se a crise dos Correios tivesse causa nos carteiros.

Jurídico do SINTECT-MS consegue manutenção de dependente no Plano de Saúde



O Jurídico do SINTECT-MS conseguiu junto ao Poder Judiciário liminar pela manutenção de dependente de uma trabalhadora Mato Grosso do Sul no plano de Saúde dos Correios. Ocorre que, com a implementação das "mudanças"

no Plano, o Postal Saúde vem tentando excluir dependentes, através do recadastramento, com o intuito de diminuir custos e comprometendo o atendimento à saúde dos dependentes.

No seu despacho, o juiz alega que: "É entendimento majoritário da jurisprudência que as operadoras de plano de saúde não podem interromper o tratamento dispensado ao beneficiário. Neste trilhar, o bem da vida protegido, a saúde e a vida dos segurados, sobrepõe-se a qualquer outro interesse de natureza contratual ou negocial. No caso em tela, ficou demonstrado o vínculo contratual entre o réu, a autora e seus dependentes, bem como o risco de dissolução unilateral de tal vínculo. Fica evidente, ainda, que os dependentes potencialmente necessitam fazer uso constante do plano contratado, diante da idade avançada. Assim, cristalina a verossimilhança das alegações da autora, bem como o risco de dano de difícil reparação com a não concessão da tutela antecipada. Assim, *DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA*, determinando que a ré continue a prestar os serviços contratados, mediante cobrança mensal do valor inicialmente acordado, mantendo o atendimento e tratamento de todos os beneficiários do plano, titular e dependentes, arcando ainda com eventuais procedimentos que se façam necessário para resguardar suas vidas e saúdes."

O Sintect-MS orienta aos trabalhadores que enfrentarem esta situação para que procurem o Departamento Jurídico do sindicato para as medidas cabíveis. Segundo a presidente do sindicato, Elaine Regina Oliveira, esta foi uma medida importante do Judiciário tendo em vista que o que está em jogo é saúde das pessoas e com isso não se pode brincar. "Continuaremos lutando contra essas mudanças que visam recair sobre os trabalhadores e seus dependentes o ônus pela má gestão do Plano."

Sintect-MS realizará 3º Encontro de Mulheres Trabalhadoras dos Correios

ATENÇÃO

MULHERES TRABALHANDO

A cada dia que passa é maior a presença das mulheres no mercado de trabalho. Essa é uma realidade que veio para ficar. Porém as mulheres, além dos problemas comuns a todos os trabalhadores, enfrentam situações específicas por pertencerem ao gênero feminino como a discriminação e assédios.

Para debater esta realidade do universo feminino no mercado de trabalho - e nos Correios em particular - o Sintect-MS tem realizado os Encontros de Mulheres Trabalhadoras dos Correios e cuja terceira edição acontece agora em março. A Secretária de Assuntos da Mulher do Sintect-MS, Luzinete da Silva, pede às ecetistas da DR-MS para que se inscrevam para participarem do Encontro através do e-mail: sintectms@sintectms.org.br ou pelo fone: 3042-8752.

Atenção

Direito de incorporação do vale alimentação



Os sindicatos estão chamando a atenção dos trabalhadores que ingressaram na empresa até o mês de janeiro de 1989, para

o direito à incorporação do vale alimentação como verba de natureza remuneratória. Dessa forma os sindicatos já estão ajuizando essas ações.

O Jurídico do SINTECT-MS também já está à disposição dos trabalhadores que tenham interesse nesse processo. Basta marcar um horário pelo fone 3042-8752.